



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

22ª REUNIÃO DA CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL – CECA/SDS

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Data: 10 / 09 / 2014 (Terça-Feira)

Horário: 14:00 às 16:30

Local: Sala de Treinamento do IPAAM

Pauta Única: Discussão e contribuições à minuta de Projeto de Lei de criação da CECA/SDS

Participantes:

- Sr. Antônio Ademir Stroski – Diretor Presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM;
- Sr. José Carlos Monteiro de Souza, Diretor Técnico do IPAAM;
- Sr. Antônio Luiz Menezes de Andrade, Presidente da CECA/SDS;
- Representantes do ICMBio, FIEAM, FVA, SEMMAS, FOPES, IDESAM e AADES.

ENCAMINHAMENTOS:

- Foram discutidas e inseridas as contribuições dos participantes à minuta de Projeto de Lei de criação da CECA/SDS, conforme Anexo I desta Memória.

- Verificar juridicamente:

a) a inclusão de texto referente ao pagamento de jeton ou não:

“Art. XX - A participação dos membros titulares da Câmara Estadual de Compensação Ambiental - CECA será remunerada por meio de jeton mensal, sob as expensas da SDS, no valor de um salário mínimo vigente por reunião realizada, observado o limite mensal de 04 (quatro) reuniões”; ou,

“A participação na Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA será considerada serviço público relevante, não remunerada”.

b) Como será efetuado o Gerenciamento Financeiro do recurso de compensação quando o empreendedor optar pelo repasse do montante – Ver exemplo do FUNBIO no Estado do Rio de Janeiro e os Acórdãos do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº. 1853/2013 - TCU e Acórdão nº. 2650/2009 - TCU);

- Os procedimentos para definição das unidades de conservação pelo IPAAM e distribuição pela CECA/SDS do recurso de compensação ambiental entre as unidades eleitas, serão estabelecidos em Decreto regulamentador.


João Rodrigo Leitão dos Reis
Secretário Executivo da Câmara Estadual
de Compensação Ambiental - CECA/SDS
Matr. 207.945-3A



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

ANEXO I

PROJETO DE LEI Nº. XXXX, DE XX DE XXX DE 2014 (Versão 1.2. – 22ª Reunião CECA - 10/09/2014)

CRIA A CÂMARA TÉCNICA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, **ALTERA** a Lei Delegada nº. 66, de 09 de maio de 2007, republicada em 18 de maio de 2007 e dá outras providências.

1 - Trocar IPAAM por OEMA = Órgão Estadual de Meio Ambiente

2 – Os procedimentos para definição das unidades de conservação pelo IPAAM e de distribuição pela CECA do recurso de compensação ambiental entre as unidades eleitas serão estabelecidos em Decreto regulamentador.

3 - Verificar Juridicamente:

a) a inclusão de texto referente ao pagamento de jeton ou não;

b) Como será efetuado o Gerenciamento Financeiro do recurso de compensação quando o empreendedor optar pelo repasse do montante – Ver exemplo do FUNBIO no Estado do Rio de Janeiro e os Acórdãos do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº. 1853/2013 - TCU e Acórdão nº. 2650/2009 - TCU);

O GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

FAÇO SABER a todos os habitantes que a ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA decretou e eu sanciono a presente

LEI:

Art. 1º. Fica criada a **CÂMARA TÉCNICA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL – CTECA**, vinculada a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, órgão deliberativo de natureza permanente, de caráter multidisciplinar, técnico-científico e deliberativo, com a finalidade de acompanhar, monitorar e deliberar sobre implementação da obrigatoriedade (~~“Obrigação de Fazer”~~) da Compensação Ambiental para atividades e empreendimentos geradores de significativo impacto ambiental no Estado do



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Amazonas, com base no Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório – EIA/RIMA, conforme o art. 36 da Lei Federal nº. 9.985/2000 - SNUC e os artigos 53 e 54 da Lei Complementar Estadual nº 53/2007 - SEUC, e também, acompanhar as atividades decorrentes de sua execução, sugerindo medidas que visem adequá-las periodicamente.

Art. 2º. Para os fins desta Lei, considera-se:

I – Compensação Ambiental: é a forma de compensar os impactos ambientais, não mitigáveis e de caráter irreversível, pela utilização dos produtos e serviços ambientais de destinação coletiva, a partir da análise do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório – EIA/RIMA e da determinação do grau de impacto ambiental;

II – Grau de Impacto Ambiental: a unidade de medida dos impactos negativos não mitigáveis, obtida pelo somatório dos pontos pertinentes aos indicadores ambientais de cada componente avaliado no Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório – EIA/RIMA, por meio de aplicação de metodologia específica, conforme Decreto Federal nº. 6.848/2009;

III – Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA: instrumento com força de título executivo extrajudicial, assinado entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, **por meio da CETCA, Órgão Ambiental Licenciador**, Órgãos Gestores de Unidades de Conservação Federal, Estadual e Municipal, e Empreendedor, que estabelece as obrigações, valor do recurso, prazos e demais informações pertinentes, para o cumprimento do Plano de Execução de Compensação Ambiental - PECA, devendo ser assinado antes da concessão da Licença de Instalação - LI;

IV – Termo de Quitação de Compensação Ambiental – TQCA: instrumento com força de título executivo extrajudicial, emitido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, **por meio da CTECA e Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM** ao Empreendedor, com a finalidade de comprovar quitação dos recursos de compensação ambiental determinado para o empreendimento;

V – Plano de Execução de Compensação Ambiental – PECA: documento elaborado pelo Órgão Gestor da Unidade de Conservação **Federal, Estadual ou Municipal** contemplada com recurso de compensação ambiental, discriminando um conjunto de

gibson



atividades e ações técnicas com seu respectivo plano de aplicação e cronograma físico-financeiro, decorrentes da destinação dos recursos de compensação de cada empreendimento.

Art. 3º. Compete a Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA:

I – Instruir o Processo de Compensação Ambiental - PCA, que será realizado mediante análise do Processo de Licenciamento Ambiental do empreendimento indicado pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM;

~~II – Referendar o cálculo da compensação ambiental realizado pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM;~~

~~III – REFERENDAR Aprovar as unidades de conservação indicadas DEFINIDAS pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM para serem destinatárias da compensação ambiental;~~

IV – Definir a repartição do recurso de compensação ambiental entre as unidades de conservação eleitas como destinatárias;

V – Aprovar a forma de cumprimento, repasse e de execução do recurso da Compensação Ambiental;

VI – Analisar e aprovar os Planos de Execução de Compensação Ambiental - PECA apresentados pelos Órgãos Gestores de Unidades de Conservação;

VII – Analisar e aprovar os Planos de Execução de Compensação Ambiental – PECA específicos para a utilização dos recursos remanescentes e de aplicação financeira, em caso de repasse de recurso pelo empreendedor ao órgão gestor de UC;

~~VIII – Auditar, monitorar e avaliar físico-financeiramente a execução do Plano de Execução da Compensação Ambiental – PECA;~~

IX – Elaborar e celebrar o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA;

X – Expedir o Termo de Quitação da Compensação Ambiental – TQCA;

XI - Encaminhar Nota Técnica ao IPAAM atestando o cumprimento da compensação ambiental pelo Empreendedor;

XII – Analisar e aprovar o Relatório Técnico com os Resultados do Plano de Execução de Compensação Ambiental – PECA, expedido pelo Órgão Gestor de Unidade de Conservação ou pelo Empreendedor;



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

XIII – Aprovar o Relatório Físico-Financeiro da Prestação de Contas, expedido pelo Órgão Gestor de Unidade de Conservação ou Empreendedor, inclusive dos recursos oriundos de aplicação financeira;

XIV – efetuar e incentivar discussões técnicas, capacitações e pesquisas sobre compensação e gradação de impacto ambiental para empreendimentos de grande porte no Estado do Amazonas;

~~XV – Articular participação nas decisões do Comitê de Compensação Ambiental Federal – CCAF do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA quanto à destinação e repartição dos recursos de compensação ambiental dos empreendimentos licenciados a nível federal por esse instituto;~~

XVI - Estabelecer procedimentos e critérios para implementação da Compensação Ambiental no Estado do Amazonas.

XVII – Constituir, monitorar e atualizar o banco de dados e matriz de controle e monitoramento das atividades e empreendimentos, licenciados e indicados pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM para a cobrança da Compensação Ambiental.

~~XVIII – elaboração da política e programa de compensação ambiental do Estado;~~

~~XIX – opinar, observados os limites da competência estadual, sobre as diretrizes da política de compensação ambiental do Estado, quanto ao planejamento, implantação e operação de empreendimentos de grande porte;~~

XX - estabelecer prioridades e diretrizes para aplicação da compensação ambiental para as Unidades de Conservação públicas e privadas, sejam federais, estaduais e municipais;

XXI – Elaborar e aprovar seu Regimento Interno.

Art. 4º. O Colegiado da Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA possui a seguinte composição:

I – Presidência:

a - Caberá a(o) Titular da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS a presidência da Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental - CTECA e em sua falta ou impedimento, o(a) titular da



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Secretaria Executiva Adjunta de Compensações e Serviços Ambientais – SEACA/SDS.

II - Secretaria Executiva:

a - A Secretaria Executiva e a Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA será coordenada técnica e administrativamente pela Secretaria Executiva Adjunta de Compensações e Serviços Ambientais – SEACA/SDS, sendo o servidor designado devidamente nomeado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS.

III - 01 (um) membro titular e suplente do Centro Estadual de Unidades de Conservação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CEUC/SDS;

IV - 02 (dois) membros titulares e suplentes do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM;

V - 01 (um) membro titular e suplente da Coordenação Regional 02 - Manaus do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio;

VI - 01 (um) membro titular e suplente da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Manaus – SEMMAS.

VII - 07 (sete) membros titulares e seus respectivos suplentes de instituições não governamentais e representantes de entidades de ensino e pesquisa:

a – 01 (um) membro titular e suplente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM;

b - 01 (um) membro titular e suplente do Fórum Permanente das Secretarias Municipais de Meio Ambiente do Amazonas – FOPES;

c - 01 (um) membro titular e suplente do setor acadêmico, indicado pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA;

d - 01 (um) membro titular e suplente do setor pesquisa, indicado pelo Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia - INPA;

e – 03 (três) vagas de membros titulares e suplentes destinadas às Organizações Não Governamentais Ambientalistas reconhecidas, de atuação em âmbito estadual, com histórico de atuação institucional nos processos de implementação de unidades de conservação e na representação de populações



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

tradicionais, a serem eleitas mediante Edital de Chamada Pública, e nomeadas em regulamento próprio.

Parágrafo Único: As Organizações Não Governamentais – ONGs Ambientalistas eleitas terão prazo de 02 (dois) anos como membros da Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA, podendo ser renovado por igual período por nova Chamada Pública.

§ 1º. Os membros da Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA serão indicados pelos representantes legais dos Órgãos de origem e nomeados por Decreto Estadual.

§ 2º. Na ausência ou impedimento dos membros titulares do colegiado, serão estes representados, temporariamente, pelos seus suplentes regularmente designados pelos Órgãos de origem.

§ 3º. A Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA poderá convidar representantes de outros Órgãos e Entidades, públicas ou privadas, para participar de suas reuniões, com a finalidade de colaborar tecnicamente nos temas ou atividades específicas em análise pela Câmara, sem direito a voto.

§ 4º. A Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA poderá criar grupos técnicos compostos por representantes dos Órgãos mencionados no **caput**, de outros Órgãos públicos, bem como de entidades públicas ou privadas.

§ 5º. A Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA indicará o coordenador dos grupos técnicos referidos no § 4º.

§ 6º. Caberá a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS e ao Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM prestar apoio técnico às atividades da Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA.

§ 7º. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS prestará o apoio administrativo e coordenará as atividades da Câmara.

DECIDIR:

§ 8º. A participação na Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA será considerada serviço público relevante, não remunerada.

Plus



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

“Art. XX - A participação dos membros titulares da Câmara Estadual de Compensação Ambiental - CECA será remunerada por meio de jeton mensal, sob as expensas da SDS, no valor de um salário mínimo vigente por reunião realizada, observado o limite mensal de 04 (quatro) reuniões”.

§ 9º. Os membros do Colegiado terão direito a voz e voto.

~~Parágrafo Único – Nos casos em que houver pertinência, poderão ser convidados para participar da discussão dos pleitos regionais e locais, sem direito a voto, representantes dos membros do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amazonas – CEMAAM, do Ministério Público, e/ou quaisquer outros, desde que tenham envolvimento com o empreendimento, com o processo de licenciamento ambiental ou relacionamento com a unidade de conservação beneficiada pela medida.~~

Art. 5º. A Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA reunir-se-á ordinariamente a cada 3 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu(sua) presidente.

Parágrafo Único: A Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA também poderá ser convocada pela Secretaria Executiva.

Art. 6º. A Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA terá sua estrutura interna, forma de funcionamento e procedimentos metodológicos disciplinados em Ato Específico, a ser aprovado pelo Chefe do Poder Executivo Estadual.

Art. 7º. Os Processos de Compensação Ambiental – PCA serão constituídos por:

I – Parecer Técnico sobre o Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório - EIA/RIMA e Estudos Complementares;

II – Cópia das Licenças Ambientais;

III – Cópia do Componente referente à Compensação Ambiental, contida no Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório - EIA/RIMA;

plus



IV – Declaração Custo Total **de Implantação do** Empreendimento emitida pelo Empreendedor;

V – Parecer Técnico, emitido pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, contendo o grau de impacto ambiental, bem como o cálculo dos valores e a **definição indicação** das unidades de conservação a serem destinatárias da Compensação Ambiental;

VI - Parecer Técnico, emitido pela Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA, aprovando ~~o cálculo e indicação da destinação,~~ **assim como,** a forma de repartição do recurso de compensação entre as unidades de conservação eleitas como destinatárias;

VII – Plano de Execução de Compensação Ambiental – PECA, expedido pelo Órgão Gestor de Unidade de Conservação;

VIII – Parecer Técnico, emitido pela Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA, aprovando o Plano de Execução de Compensação Ambiental – PECA;

IX – Manifestação do Empreendedor com a Forma de Cumprimento da Compensação Ambiental;

X – Parecer Técnico, emitido pela Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA, aprovando a forma de cumprimento da Compensação Ambiental;

XI – Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA;

XII – Termo de Quitação de Compensação Ambiental – TQCA;

XIII – Relatório Técnico com os Resultados do Plano de Execução de Compensação Ambiental – PECA, expedido pelo Órgão Gestor de Unidade de Conservação ou Empreendedor;

XIV – Relatório Físico-Financeiro da Prestação de Contas, expedido pelo Órgão Gestor de Unidade de Conservação ou Empreendedor.

Art. 8º. Cabe ao Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IPAAM:

~~I – Rastrear e monitorar os empreendimentos com Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório – EIA/RIMA passíveis à cobrança da compensação ambiental;~~



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

~~II – Solicitar, quando for o caso, ao Empreendedor estudos técnicos complementares ao Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório EIA/RIMA, assim como, Projetos Básicos Ambientais – PBA, relacionados à compensação ambiental, elaborados por profissional ou equipe multidisciplinar legalmente habilitados;~~

III – Encaminhar a Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA, vinculada a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS, os processos de licenciamento ambiental passíveis a cobrança da compensação ambiental, **após a expedição da Licença de Instalação - LI;**

III – Elaborar Parecer Técnico, contendo o grau de impacto ambiental, bem como o cálculo dos valores e a **definição indicação** das unidades de conservação a serem destinatárias da Compensação Ambiental;

~~IV – Efetuar a cobrança da quitação da compensação ambiental junto ao Empreendedor;~~

~~VII – Celebrar junto a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, Órgão Gestor de Unidade de Conservação e Empreendedor, o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA;~~

~~VIII – Emitir, em conjunto com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, o Termo de Quitação da Compensação Ambiental – TQCA.~~

Parágrafo Único – Para a gradação de impacto ambiental e cálculo da compensação ambiental, será adotado pelo Órgão Ambiental Licenciador as disposições do Decreto Federal nº. 6.848, de 14 de maio de 2009, com a adoção de metodologia própria de acordo com as especificidades biofísicas, ambientais e representatividade biogeográficas dos ecossistemas do Estado do Amazonas.

Art. 9º. Os Órgãos Gestores de Unidades de Conservação destinatárias da Compensação Ambiental devem cumprir os seguintes procedimentos:

I – Apresentar à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, com vistas a Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA, o Plano de Execução da Compensação Ambiental - PECA para

plus



cada unidade de conservação destinatária, ~~com anuência dos Conselhos Gestores de Unidades de Conservação, se for o caso;~~

II – Solicitar a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, por meio da Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA, autorização para a utilização dos recursos remanescentes e de aplicação financeira da compensação ambiental, com a apresentação de Plano de Execução de Compensação Ambiental – PECA específico;

III – Elegar e detalhar as atividades a serem executadas com os recursos de compensação ambiental nas unidades de conservação, conforme as atividades priorizadas na Legislação;

~~IV – Aprovar, em conjunto com a Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA, a forma de cumprimento da compensação ambiental indicada pelo Empreendedor;~~

V – Indicar Conta Bancária para depósito do recurso da compensação ambiental, se for o caso; **(conta específica vinculada – Ver FUNBIO)**

VI – Assinar como **proponente**, o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA, junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, ~~Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas – IPAAM~~ e ao Empreendedor;

VII – Designar coordenador do respectivo Plano de Execução da Compensação Ambiental – PECA de cada unidade de conservação;

VII – Prestar contas físico-financeira anual da execução da compensação ambiental, quando executor do recurso de compensação ambiental;

VIII – Elaborar Relatório Técnico anual contendo os resultados do PECA, quando for o caso;

IX – Analisar e aprovar, em conjunto com a CTECA, o relatório técnico de resultados e a prestação de contas do PECA executado pelo Empreendedor, ou por terceiros contratados por este, quando for o caso;

X – Solicitar autorização da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, por meio da Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA, para repasse do recurso de compensação ambiental para parceiros e terceiros executar o PECA, obrigatoriamente cadastrados no Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IPAAM e Instituto

Julius



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, quando for o caso.

Art. 10. Ao Empreendedor caberá atender aos seguintes requisitos:

~~I – Apresentar o Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório – EIA/RIMA, elaborado por profissionais legalmente habilitados;~~

II - Apresentar ao Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IPAAM a previsão do custo total da implantação do empreendimento, em moeda corrente nacional;

~~III – Desenvolver os estudos complementares ao Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório – EIA/RIMA necessários à elucidação da compensação ambiental do empreendimento, quando necessário, elaborados por profissionais legalmente habilitados;~~

IV - Depositar o valor da compensação ambiental em **conta bancária???** indicada pelo Órgão Gestor de Unidade de Conservação, ou por livre escolha, contratar terceiros ou executar diretamente o Plano de Execução da Compensação Ambiental - PECA;

V - Apresentar à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, com vistas a Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA, a forma de cumprimento da Compensação Ambiental:

a - Caso decida pelo repasse do recurso, deverá apresentar os comprovantes dos depósitos bancários;

b – Caso opine pela contratação de terceiros deverá ser apresentado o Termo de Contrato e Orçamento para aprovação da CTECA e Órgão Gestor de Unidade de Conservação;

c – Caso execute o PECA diretamente, deverá apresentar o orçamento destacado e a equipe responsável para aprovação da CTECA e Órgão Gestor de Unidade de Conservação.

V – Se pessoa jurídica, encaminhar documentos do empreendimento (Cópia do CNPJ; da Inscrição Estadual; do Contrato Social, acompanhado da última alteração - se for o caso; da ata da assembleia constituinte, acompanhado da última alteração -

plus



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

se for o caso) e de seu representante legal (RG, CPF, Comprovante de Residência e do Cargo);

VI – Se pessoa física, encaminhar os respectivos documentos pessoais (RG, CPF, Comprovante de Residência e da Atividade);

VII – Assinar junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, ~~Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas – IPAAM~~ e Órgãos Gestores de Unidades de Conservação, o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA;

VIII – Receber da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, por meio da Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental – CTECA, ~~e Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas – IPAAM~~, o Termo de Quitação da Compensação Ambiental – TQCA.

Art. 11. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta das dotações próprias consignadas no orçamento do Poder Executivo para a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS.

Art. 12. O Poder Executivo promoverá, por intermédio da Casa Civil, no prazo de 60 (sessenta) dias, a republicação da Lei Delegada nº. 66, de 09 de maio de 2007, republicada em 18 de maio de maio de 2007, com texto consolidado.

Art. 13. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, XX de XXXXX de 2014.

JOSÉ MELO DE OLIVEIRA

Governador do Estado

RAUL ARMONIA ZAIDAN

Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

KAMILA BOTELHO DO AMARAL

Secretária de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS

plus



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

22ª REUNIÃO DA CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL – CECA

LISTA DE PRESENÇA

Data: 10 / 09 / 2014 (Terça-Feira).

Horário: 14:00 às 16:30.



Local: Sala de Treinamento do IPAAM.

ASSINATURA

1 – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS:

N.	Secretária de Estado	Assinatura
01	Kamila Botelho do Amaral	

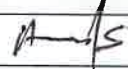
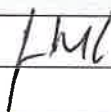
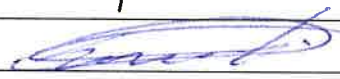
1.1 – Secretaria Ex. Adj. De Compensações e Serviços Ambientais – SEACA/SDS

N.	Secretário Executivo Adjunto	Assinatura
01	Antônio Luiz Menezes de Andrade	
N.	Técnico	Assinatura
01	João Rodrigo Leitão dos Reis	

2 – Centro Estadual de Unidades de Conservação – CEUC/SDS:

N.	Coordenador	Assinatura
01	Antônio Carlos Witkoski	
N.	Técnico	Assinatura
01	Christina Fischer	

3 – Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM:

N.	Diretor-Presidente	Assinatura
01	Antônio Ademir Stroski	
N.	Técnicos	Assinatura
01	José Carlos Monteiro de Souza	
02	Maria Gorete Mello da Silva	
03	Sérgio Martins D'Oliveira	
04	João Paulo Vieira de Oliveira	
05	Fábio Rodrigues Marques	
06	Mayara Vidal	



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

5 – PARTICIPANTES CONVIDADOS:

N.	Nome	Instituição	Assinatura	Fone	E-mail
01	Renee E. Teige	FIEAM	Renee Teige	8151-9484	reneeteige@fieam.org.br
02	José Oster Machado Neto	SEMMAS P.F.	José Oster	(92) 9182-4623	OSTERMACHADO@ptbmail.com
03	FABIANO C. DA SILVA	FUA	[Assinatura]	(92) 36424579	fabiano@fua.org.br
04	Aldemira R. Queiroz	SEMMAS	Aldemira Queiroz	8842-1232	aldemira.semmas@gmail.com
05	SERGIO SA	ICMBio	Sergio S.	9119 9699	sergio.sa@icmbio.gov.br
06	Jéssica Lancelli	Idesam	[Assinatura]	8265-0052	jessica.lancelli@idesam.gov.br
07	Valéria T. G. Silva	Cenec/SES	[Assinatura]	9165 7374	valeriamanaus@net.com
08	Ana Paula Simões	ASSUR/SEMMAS	APSimões	8842.2090	anapaula.semmas@gmail.com
09					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					